

TRANSFORMANDO O SUS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*TRANSFORMING SUS: A PROPOSAL FOR HEALTH PROFESSIONALS' TRAINING THROUGH
UNIVERSITY EXTENSION*

Caroline Fernanda Santos da Silva¹
Alana Cristhina de Amorim Resina²
Adauto Locatelli Taufer³
Natália Sobierayski Esnaola⁴
Diego Davila da Silva⁵

Resumo: o presente trabalho apresenta uma proposta de formação continuada para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) com foco nos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), por meio de uma ação extensionista que visa promover a sensibilização sobre a diversidade de gênero e sobre os direitos da população travesti e transexual. A iniciativa foi construída a partir da parceria com a ONG Igualdade RS, referência no acolhimento e na defesa de direitos da população LGBTQIAPN+ com base em diagnóstico participativo que identificou a transfobia institucional como eixo central das violações vivenciadas por essa população nos serviços públicos de saúde. O percurso metodológico incluiu pesquisa exploratória, aplicação de questionários e análise qualitativa dos dados obtidos, sendo fundamental para compreender as lacunas entre a legislação vigente e as práticas institucionais. Como resultado desse diagnóstico, foi elaborada uma proposta de oficinas formativas com metodologias participativas, como: rodas de conversa, dinâmicas e análises críticas de protocolos institucionais com o objetivo de promover escuta qualificada, valorização das vivências trans e transformação crítica das práticas profissionais. Os impactos esperados incluem, a curto prazo, a ampliação da sensibilidade das equipes de saúde, e, a médio e longo prazos, a consolidação de uma cultura institucional mais inclusiva e a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral (PNSI) LGBT. A proposta está em consonância com os princípios da equidade, da universalidade e da integralidade do SUS, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à redução das desigualdades e ao fortalecimento dos direitos humanos. Ao articular saberes acadêmicos e comunitários, a proposta "TransFormando o SUS" reafirma o papel da universidade pública como agente de transformação social, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais justo, democrático e sensível às pluralidades de gênero.

Palavras-chave: população travesti e transexual; SUS; extensão universitária.

Abstract: this paper presents a proposal for continuing education for professionals in the Unified Health System (SUS), focusing on Community Health Agents (CHAs). This initiative aims to raise awareness about gender diversity and the rights of the transvestite and transgender population.. The initiative was developed in partnership with the NGO Igualdade RS, a leading provider of support and advocacy for the LGBTQIAPN+ population. It was based on a participatory assessment that identified institutional transphobia as a central axis of the violations experienced by this population in public health services. The methodological approach included exploratory research, questionnaires, and qualitative analysis of the data obtained, which was essential for understanding the gaps between current legislation and institutional practices. This assessment led to the development of a training workshop proposal using participatory methodologies, such as discussion

¹ Professora na UFCSPA, regente na disciplina "Responsabilidade Social". Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social.

² Estudante de Bacharelado em Nutrição pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2027/2) com interesse na área de Saúde Coletiva e Políticas Públicas.

³ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do quadro de servidores efetivos da UFRGS. Acadêmico do Curso de Biomedicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

⁴ Estudante de medicina na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e bolsista na disciplina de Responsabilidade Social.

⁵ Estudante de Bacharelado em Nutrição pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre com interesse em alimentos e Saúde Pública

groups, group dynamics, and critical analyses of institutional protocols, with the aim of promoting qualified listening, valuing trans experiences, and transforming professional practices. The expected impacts include, in the short term, increasing the sensitivity of healthcare teams, and, in the medium and long term, the consolidation of a more inclusive institutional culture and the implementation of the National Comprehensive Health Policy (PNSI) for LGBT people. The proposal is aligned with the principles of equity, universality, and comprehensiveness of the Unified Health System (SUS), the National Curricular Guidelines, and the Sustainable Development Goals (SDGs), especially regarding reducing inequalities and strengthening human rights. By articulating academic and community knowledge, the "TransFormando o SUS" (Transforming the SUS) proposal reaffirms the role of public universities as agents of social transformation, contributing to the construction of a more just, democratic, and gender-sensitive healthcare system.

Keywords: transgender health; SUS; university extension; social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS) consagram a universalidade, a integralidade e a equidade como fundamentos do direito à saúde. A realidade vivida cotidianamente por pessoas travestis e transexuais evidencia um profundo descompasso entre o que determina a legislação e o que se concretiza nas práticas institucionais, em especial no âmbito dos serviços de saúde. Nesses espaços, continuam a se manifestar estigmas, invisibilizações e diversas formas de violência, tanto simbólicas quanto institucionais.

O preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+⁶ não é um fenômeno recente, tampouco isolado. Suas origens estão enraizadas em normas sociais patriarcais, em leituras religiosas excludentes e em práticas coloniais que impuseram modelos rígidos de gênero e sexualidade. Essas estruturas contribuíram para a marginalização de identidades dissidentes e, ao longo dos séculos, foram incorporadas às instituições sociais, políticas e jurídicas – inclusive ao sistema de saúde.

Mesmo no contexto atual, observa-se a permanência dessas lógicas discriminatórias na forma como travestis e transexuais são tratadas nos serviços públicos. A exclusão do cuidado, a negligência e a violência institucional são manifestações contemporâneas de um passado que criminalizou, patologizou e invisibilizou esses corpos.

Este texto apresenta uma proposta de ação extensionista direcionada aos profissionais de saúde, especialmente aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, com vistas à construção de espaços coletivos de sensibilização e de reflexão sobre os compromissos profissionais diante da diversidade de gênero. Trata-se de uma iniciativa que reafirma o compromisso social da universidade, ao estabelecer uma interlocução entre o saber acadêmico e as vivências comunitárias, criando: espaços de escuta ativa; empatia e valorização valorização das experiências de pessoas transexuais e travestis.

A proposta está diretamente alinhada ao conceito ampliado de saúde da Organização Mundial da Saúde, compreendido não apenas como ausência de doenças, mas como a garantia do bem-estar físico, mental e social. Buscando apresentar esta experiência e

⁶ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais.

sinalizar algumas questões relevantes sobre o tema, este texto está organizado em dois itens, além da introdução e das considerações finais.

Inicia-se a reflexão, no item 2, apresentando a extensão universitária como “ponte” entre a Universidade e a sociedade, destacando a importância da construção de um diagnóstico junto à ONG Igualdade RS. Esse momento de contato, de diálogo, de troca e de construção coletiva da proposta, junto à sociedade civil, evidencia o compromisso institucional em prol da redução das desigualdades sociais.

No item 3, discute-se a relevância da proposta de TransFormar o SUS a partir da sensibilização de profissionais da saúde sobre a diversidade de gênero. Destacam-se questões importantes para um atendimento humanizado a essa população, levando em consideração o que preconiza a Política Nacional de Saúde Integral (PNSI) LGBT.

2 A EXTENSÃO COMO “PONTE” ENTRE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE: CONSTRUÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO COM A ONG IGUALDADE RS

Parte importante da construção da proposta de extensão universitária (que está sendo apresentada neste texto) foi o contato realizado com a ONG Igualdade RS, que teve como objetivos: conhecer e compreender as práticas institucionais, suas lutas cotidianas e as estratégias de resistência na promoção dos direitos e da cidadania da população transexual e travesti; refletir criticamente sobre o papel social e político da universidade na construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e plural; e analisar, com base na imersão nessa realidade, as possibilidades de atuação universitária. A disciplina de Responsabilidade Social, oferecida em 2025/1, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), teve como proposta integrar o saber acadêmico às experiências práticas que favorecessem o contato direto dos estudantes com as complexidades da realidade social.

Tal proposta emerge como uma alternativa fundamental na formação de profissionais éticos, críticos e socialmente comprometidos, especialmente a partir da escuta sensível e do diálogo com saberes produzidos por sujeitos historicamente subalternizados. Nesse sentido, corrobora e reforça o cumprimento do papel social da Universidade, que é um espaço de disputas de interesses (Amorim, 2021), e não deve furtar-se, a buscar a construção de um conhecimento que se conecte com as reais necessidades da população.

Assim, ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de interagir diretamente com a realidade social, esta experiência favoreceu o desenvolvimento de uma formação profissional mais empática e comprometida com os princípios da diversidade, da equidade e dos Direitos Humanos. Ademais, tal iniciativa está em consonância com os preceitos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 7/2018), que destacam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O presente trabalho fundamenta-se na compreensão de que a Universidade deve ser agente transformador e ativo na desconstrução de paradigmas excludentes e na edificação

de práticas educativas que reconheçam e valorizem a diversidade humana em suas múltiplas expressões. Trata-se, pois, de um exercício de co-construção e legitimação de saberes, no qual a Universidade se coloca, de forma ética e responsável, como parceira na luta pela efetivação dos direitos e na consolidação da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Com esse intuito, foi firmada uma parceria com a ONG Igualdade RS, reconhecida no Rio Grande do Sul por sua atuação na promoção e na defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+. É importante esclarecer que a seleção desta ONG como parceira justifica-se por sua significativa contribuição no campo da inclusão social, por meio do acolhimento, da assistência e da promoção de políticas públicas.

O estabelecimento do contato com a ONG ocorreu de maneira intencional e progressiva. Em um primeiro momento, o grupo de trabalho⁷ conduziu uma pesquisa exploratória, com o objetivo de compreender a trajetória, a missão institucional e as principais áreas de atuação da organização, utilizando-se, para isso, das informações disponibilizadas no site oficial da ONG, em redes sociais e em artigos científicos que discorriam a respeito da ONG Igualdade RS. Essa etapa inicial foi essencial para consolidar o vínculo ético e metodológico com a instituição. Para essa primeira etapa, foi organizado um questionário (Questionário 1) que continha 15 perguntas e que foi encaminhado por *e-mail*, no qual também foram apresentados os propósitos da disciplina.

Após a manifestação de interesse por parte da instituição, realizou-se um encontro virtual com seus representantes, voltado ao alinhamento de expectativas. Após esse contato remoto, foi encaminhado, via *e-mail*, outro questionário (Questionário 2) a ser respondido por alguém que trabalhasse na ONG. Esse documento, aliás, continha novos questionamentos e foi respondido pela Sra. Gabriela Baptista⁸. Após a organização das respostas obtidas nos Questionários 1 e 2, o grupo discente organizou um terceiro questionário (Questionário 3 – *Google Forms*) a ser respondido pela população atendida pela ONG.

Esse último questionário continha perguntas abertas e fechadas⁹ e foi respondido por

⁷ Constituído por 8 estudantes, quais foram: Adauto Locatelli Taufer, Bruno Matzembacher, Cássio Roberto Uruga Oliveira, Eduarda Feijó da Rosa, Gabriel Junqueira Müzel dos Santos, Isabely Duarte, Rafaela Biondo Tumelero e Yasmin Marques Souza.

⁸ Psicóloga da ONG Igualdade RS.

⁹ Quais sejam: Você reside em Porto Alegre?; Qual o bairro em que você reside?; Em qual faixa etária você está situado(a/e)?; Qual é o seu grau de escolaridade?; Qual é a sua identidade de gênero?; Você usa nome social?; Como você se identifica etnicamente?; Qual é a sua principal fonte de renda?; Com que frequência você participa de atividades propostas pela ONG ou utiliza algum serviço prestado pela Igualdade RS?; Como a localização física da sede da Igualdade RS influenciou seu acesso aos serviços oferecidos pela ONG?; Como você observa o trabalho da ONG para preservar e fortalecer os vínculos familiares da população travesti e transexual acolhida, visando à reintegração familiar quando possível?; Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela população travesti e transexual que podem levar à necessidade de acolhimento na ONG?; Para você, qual(is) é(são) a(s) demanda(s) em saúde mais recorrente(s)?; Como você percebe que participa das decisões, dos projetos e das ações da ONG?; Você já sofreu algum tipo de violência?; Caso sua resposta tenha sido “Sim”, qual foi o tipo de violência sofrida?; Como você avalia, de forma geral, seu engajamento no trabalho desenvolvido pela ONG?; Você gostaria de comentar ou acrescentar algo sobre a resposta acima?

3 pessoas da população atendida pela ONG. Nesse *Google Forms*, foram compartilhadas as demandas mais urgentes da comunidade atendida, bem como foram discutidas pelo grupo de discentes algumas possibilidades concretas de parceria por meio da análise dos dados obtidos. O levantamento destes dados evidenciou que a violência movida pela transfobia constitui o eixo central das múltiplas violações vivenciadas por pessoas transexuais e travestis assistidas pela ONG Igualdade RS.

As origens dessa violência se situam nas discriminações institucionais e estruturais, na falta de políticas inclusivas e na exclusão social. Esses fatores alimentam um ciclo de marginalização que gera: vulnerabilidade econômica, adoecimento físico e psicológico, receio de acessar serviços públicos e de saúde e rompimento de vínculos sociais, dentre eles o familiar. Com isso, percebe-se a urgência de intervenções que promovam respeito à diversidade, ampliem o acesso a direitos e construam políticas públicas que assegurem proteção e dignidade à população transexual e travesti.

Em dados quantitativos, de acordo com o Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) os números de assassinatos direcionados à população travesti e transexual são alarmantes. Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, mapearam-se um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas trans masculinas e não binárias brasileiras¹⁰.

A análise detalhada dos dados demonstra que esse é um fenômeno de forma igualitária pelos diferentes estados da federação. Em 2024, o estado de São Paulo liderou o número de assassinatos de pessoas trans no Brasil, com 16 casos registrados. Minas Gerais ocupou a segunda posição, com 12 ocorrências, seguido pelo Ceará, que contabilizou 11 casos. O Rio de Janeiro ficou na quarta posição, com 10 assassinatos. Bahia, Mato Grosso e Pernambuco registraram 8 casos cada, enquanto Alagoas apresentou 6 ocorrências. Maranhão, Pará e Paraíba contabilizaram 5 assassinatos cada, seguidos por Piauí e Rio Grande do Sul, com 4 casos cada. Espírito Santo e Santa Catarina tiveram 3 assassinatos cada, enquanto Goiás, Rondônia e Sergipe registraram 2 casos cada. Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Paraná registraram 1 assassinato cada. Nos estados do Acre, Rio Grande do Norte e Roraima não foram encontrados registros de assassinatos em 2024 (Benevides, 2024).

A população LGBTQIA+ no Brasil enfrenta desafios significativos em saúde, marcados por discriminação e por exclusão. A saúde mental é uma das maiores demandas: 46% das pessoas trans já tentaram suicídio, e entre gays, lésbicas e bissexuais, os índices de depressão superam os da população heterossexual (Agência Brasil, 2023). A hormonização e as cirurgias de afirmação de gênero, embora oferecidas pelo SUS, ainda são de difícil

¹⁰ Foram 122 assassinatos em 2024, 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). Isso representa uma média de 147 assassinatos por ano e 12 casos por mês (ANTRA, 2025, p. 63-64).

acesso, levando à automedicação e a riscos à saúde, agravados pelas barreiras no atendimento ginecológico e pela falta de preparo dos profissionais, o que acaba afastando muitos do cuidado adequado, segundo dados da Agência das Nações Unidas para a Saúde Sexual e Reprodutiva (UNFPA, 2023).

Neste sentido, destaca-se a violência institucional, que é amplamente documentada em relatórios da UNFPA, e aponta para a exclusão de pessoas trans de serviços essenciais como: saúde e educação. Há registros recorrentes de desrespeito ao nome social, de falta de preparo de profissionais e de barreiras no acesso à hormonização e outros cuidados médicos.

Embora também relevantes, a violência doméstica e a violência policial são menos abrangentes em termos de dados quantitativos. No entanto, os relatos qualitativos presentes nos mesmos relatórios mostram que muitas pessoas trans são expulsas de casa na adolescência ou sofrem abusos por agentes do Estado, o que contribui para sua marginalização. Porém, a ausência de dados governamentais é um problema que precisa de atenção, pois dados sobre essas violências seguem inexistentes ou insuficientes.

Como argumenta Bourdieu (1998), as práticas discriminatórias ultrapassam o nível individual e se perpetuam por meio de estruturas sociais e de instituições, contribuindo para a normalização de desigualdades e à manutenção de hierarquias excludentes. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas efetivas e inclusivas, somada à continuidade de processos históricos de exclusão, revela-se como uma das raízes mais profundas responsáveis por esse triste e inaceitável cenário.

Essas dinâmicas reforçam um ciclo persistente de marginalização que se expressa em diversas esferas da vida cotidiana: desde a precarização das condições econômicas até o agravamento do sofrimento físico e psíquico, passando pelo receio de acessar serviços públicos – sobretudo os de saúde – e pelo enfraquecimento dos laços afetivos e sociais. Conforme analisa Carneiro (2003), a sistemática negação de direitos a populações historicamente oprimidas não gera apenas carência material, mas também uma profunda deslegitimação simbólica de suas existências e de suas subjetividades.

Diante desse panorama, os dados aqui analisados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas fundamentadas em uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 1989), capazes de garantir proteção, reconhecimento e respeito à pluralidade de identidades. Paralelamente, destaca-se a importância de iniciativas educativas e sociais que promovam o acesso equitativo a direitos e que contribuam para a desconstrução de práticas discriminatórias. Essa abordagem está em sintonia com as proposições de bell hooks (1995), que defendem uma luta antidiscriminatória articulada à consciência crítica, à transformação social e à valorização das diferenças.

Desse modo, mais do que apenas expor os desafios enfrentados por pessoas transexuais e travestis, a análise dos dados em questão atua como um convite à reflexão e à

ação, apontando para a necessidade de respostas integradas que envolvam o Estado, a sociedade civil e as instituições educativas (dentre elas a Universidade) no enfrentamento das desigualdades e na promoção efetiva da equidade.

3 POR QUE É RELEVANTE TRANSFORMAR O SUS?

Somente em 2011 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), considerada um marco normativo no reconhecimento e na legitimação das demandas específicas dessa população. A referida política tem como objetivos: a) garantir o acesso equitativo à saúde; b) eliminar o preconceito institucional; e c) consolidar um SUS universal, integral e inclusivo, reafirmando o compromisso com os direitos humanos e com a equidade.

Essa legislação estabelece um importante eixo de educação permanente e educação popular em saúde, apontando estratégias que visam garantir a formação continuada para gestores(as) e profissionais de saúde, bem como para conselheiros(as) de saúde e lideranças sociais, estimulando o controle social (PNSI LGBT, 2011). A Lei 8080 que institui o SUS e que está em vigor no país, desde 1990, já aponta o acesso universal como um de seus princípios, mas se pode dizer que, neste espaço temporal - de 1990 a 2011 -, a dificuldade de acesso da população travesti e transsexual aos serviços de saúde tem sido uma constante, haja vista o número de casos denunciados e noticiados em diferentes mídias¹¹.

Com isso, percebe-se que os efeitos da discriminação e da exclusão são parte importante do processo saúde-doença da população LGBTQIA+, o que chama atenção para mudanças necessárias na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades a eles relacionadas, conforme sinaliza a PNSI LGBT (2013):

Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença (PNSI LGBT, 2013, p. 13).

Então, observa-se que os princípios pela PNSI LGBT ainda não se materializam de forma plena na prática cotidiana dos serviços, evidenciando a necessidade de avanços

¹¹ Tal como a reportagem: "Brasil é réu em corte internacional por negar cirurgia de redesignação sexual a mulher trans pelo SUS", disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-reu-em-corte-internacional-por-negar-cirurgia-de-redesignacao-sexual-a-mulher-trans-pelo-sus/>. Acesso em: 15 maio 2025.

concretos na efetivação de políticas sensíveis à diversidade de gênero. Assim, ao promover espaços de formação e capacitação para as equipes de saúde, visa-se fomentar práticas profissionais éticas, críticas e sensíveis às questões de gênero, em consonância com as prerrogativas do SUS e com os princípios dos Direitos Humanos.

Mais do que transmitir conhecimentos técnicos ou elaborar protocolos clínicos, o foco recai sobre a promoção da escuta e acolhimento qualificados, do reconhecimento da diversidade e do enfrentamento das práticas que alimentam a transfobia institucional. Não se trata, pois, apenas de compartilhar conteúdos, contudo de fomentar espaços de diálogo nos quais as vivências transexuais e travestis sejam não apenas visibilizadas, mas efetivamente reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

Ao articular conhecimentos acadêmicos, experiências comunitárias e diretrizes de políticas públicas, “TransFormando o SUS” responde a uma demanda social legítima e contribui de maneira efetiva para a construção de um sistema de saúde genuinamente universal, integral e equitativo. Sabe-se que garantir o direito à saúde para todas as pessoas é um princípio fundamental assegurado pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pelas nações aliadas à Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015.

A iniciativa aqui proposta dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades (metas 10.2 e 10.3), ao empoderar e ao incluir uma população historicamente marginalizada no SUS, e fortalece instituições eficazes (metas 16.3 e 16.b), ao incentivar práticas não discriminatórias e ao consolidar o direito à saúde como elemento essencial da cidadania. Ao promover atividades de formação e de sensibilização aos profissionais de saúde, busca-se assegurar o acesso qualificado e digno aos serviços de saúde, promovendo uma mudança cultural dentro das equipes de saúde, que impacta diretamente a qualidade do cuidado ofertado, combatendo a discriminação institucional e promovendo equidade no atendimento: trata-se de uma ação que reforça a saúde como um direito humano fundamental.

Diante do atual cenário de violação sistemática de direitos dessa população, torna-se imprescindível promover ações formativas que transcendam a mera transmissão de conteúdos técnicos. É necessário fomentar processos educativos capazes de incitar uma revisão crítica, ética e política das práticas profissionais no enfrentamento da transfobia institucional.

Por meio da qualificação crítica, prática e humanizada de profissionais de saúde, busca-se fomentar a transformação das práticas de cuidado, de modo que se tornem mais responsivas às especificidades de gênero e mais comprometidas com os Direitos Humanos. Para que isso seja possível, é importante a adoção de metodologias participativas que busquem, em alguma medida, atingir o nível das subjetividades dos participantes, visto que: “... atitudes e comportamentos em relação a quaisquer temas ou fatos da vida estão sempre

associados aos conjuntos de valores, crenças, concepções, cognições e emoções que cada pessoa desenvolve em função de sua educação, ambiente familiar, cultural, nível sociocultural e econômico” (Silva, 2002, p. 46).

Por metodologias participativas de trabalho entende-se serem: “... o emprego de métodos e técnicas que possibilitam aos integrantes de um grupo vivenciar seus sentimentos; perceber determinados fatos ou informações; refletir sobre eles; ressignificar seus conhecimentos e valores e perceber as possibilidades de mudanças” (Oliveira, 2007, p. 723). Essa concepção é fundamental, sobretudo quando se pretende sensibilizar os profissionais sobre as formas de violência e de negação de direitos experimentados por algumas parcelas da população.

Embora possa parecer contraditório, Silva (2002) sinaliza que diversas ações de promoção ou de educação em saúde se organizam a partir da transmissão de informações, nos formatos de palestra, por exemplo, que, muitas vezes, ocorrem sem a devida atenção aos processos de decodificação e de ressignificação das mensagens. Essa forma de atuar em promoção e em educação em saúde pode até oferecer informações relevantes, mas diversos estudos sinalizam que a informação em si não é o suficiente para uma sensibilização pessoal e/ou uma mudança efetiva de atitude (Silva, 2002).

Assim, “TransFormar o SUS” prevê a realização de oficinas, incluindo dinâmicas de papéis invertidos, rodas de conversa e análises críticas de vídeos e protocolos institucionais, por exemplo; visando mais do que apenas capacitar, almeja-se induzir transformações subjetivas e institucionais duradouras. A proposta busca fortalecer as competências das equipes de saúde e proporcionar um atendimento verdadeiramente humanizado nos territórios.

Por isso, destina-se prioritariamente ao público dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Esses profissionais são peças-chave na ampliação do acesso à saúde, e têm o papel de aproximar os serviços de saúde da população, realizando ações de promoção da saúde e práticas de prevenção de doenças.

Os ACSs atuam nas Estratégias Saúde da Família (ESF), compondo equipes multidisciplinares que devem:

(...) prestar cuidados de saúde abrangentes, desde a promoção da saúde até a reabilitação, focando no cuidado integrado e direcionado à população de um território específico. É essencial para expandir a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil (...). As equipes dessa estratégia são compostas, no mínimo, pelo profissional médico e enfermeiro, preferencialmente especialistas em saúde da família; pelo auxiliar e/ou técnico de enfermagem e pelo agente comunitário de saúde (ACS) (Gov.br, s.d, s.p.).

Considerando tais questões, essa proposta busca provocar impactos sociais diretos no atendimento às populações travesti e transsexual no âmbito do SUS. A curto prazo, espera-se a intensificação da sensibilização dos profissionais acerca das demandas específicas dessa população. Espera-se que essa sensibilização se traduza em transformações imediatas nas formas de acolhimento, no fortalecimento de articulações institucionais e na elaboração de materiais educativos voltados à temática.

Como impacto social de médio prazo, vislumbra-se uma reconfiguração das práticas dos profissionais em saúde, por meio da incorporação de protocolos mais humanizados e do empoderamento da população transexual e travesti atendida. Almeja-se, também, uma maior sinergia entre os campos da saúde e dos Direitos Humanos, com consequente aprimoramento da experiência das pessoas transexuais e travestis no SUS.

Já como impacto social a longo prazo, projeta-se a consolidação de uma cultura institucional inclusiva, pautada na valorização da diversidade de gênero e no fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+. Nessa seara, a ação aqui proposta pretende também produzir materiais colaborativos, como cartilhas, destinados a apoiar a formação continuada de profissionais da saúde, além de servir como referência para instituições comprometidas com o enfrentamento à transfobia em seus mais diversos contextos de atuação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de extensão universitária aqui apresentada configura-se como uma intervenção estratégica, alicerçada em fundamentos éticos e em um compromisso político firme com a promoção da justiça social, com a defesa incondicional dos Direitos Humanos e com a concretização do princípio da equidade no âmbito do Sistema Único de Saúde. Reconhecendo as múltiplas formas de exclusão a que travestis e pessoas transexuais são submetidas nos serviços públicos — especialmente nos de saúde —, a ação propõe não apenas lançar luz sobre essas experiências de marginalização, mas também se engajar ativamente em sua superação, por meio da escuta sensível, da formação crítica e da valorização dos saberes comunitários.

Mais do que uma mera capacitação de cunho técnico, trata-se de um dispositivo formativo interdisciplinar, orientado à revisão crítica das práticas profissionais e à construção de vínculos institucionais sustentados no respeito, na empatia e na dignidade humana. Ao promover a articulação entre universidade pública e sociedade civil — representada, neste caso, pela ONG Igualdade RS —, a ação de extensão fortalece o intercâmbio entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares, potencializando práticas extensionistas com caráter transformador, em consonância com os marcos legais e normativos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e das diretrizes estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A pertinência e a urgência dessa ação são amplamente respaldadas pela literatura especializada, que evidencia as recorrentes deficiências do SUS na materialização de seus princípios constitucionais. Conforme observam Bahia *et al.* (2024, p. 14), a ausência de diretrizes operacionais eficazes ao acolhimento e ao cuidado de pessoas trans gera uma lacuna entre a normatividade inclusiva e a realidade institucional, perpetuando barreiras simbólicas e materiais ao exercício do direito à saúde.

Tal diagnóstico reforça a missão central da ação, que se propõe justamente a atuar na superação dessas barreiras, o que só é possível quando se reconhecem e se valorizam os saberes produzidos na própria comunidade, por meio de processos formativos e da construção colaborativa de soluções sintonizadas com a diversidade de gênero. Durante a realização das oficinas, buscar-se-á promover mudanças concretas no cotidiano dos serviços de saúde, contribuindo para a criação de ambientes mais acolhedores, menos marcados por práticas cisnormativas e excludentes.

A médio e longo prazo, aspira-se que a iniciativa influencie a formulação de políticas institucionais de cuidado, que fomente o protagonismo da população transexual e travesti nos serviços de saúde e que consolide uma cultura institucional pautada pela valorização da diversidade e pela promoção da paz. TransFormando o SUS, nesse sentido, ultrapassa os limites de uma intervenção pontual e afirma-se como um compromisso contínuo com a construção de um SUS verdadeiramente universal, democrático e inclusivo. Dessa maneira, com o intuito de monitorar e de avaliar os efeitos dessa ação extensionista ao longo do tempo, propõe-se a adoção de indicadores de impacto em médio e longo prazos. Entre eles, destaca-se a realização de, no mínimo, seis oficinas semestrais voltadas à sensibilização de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), além da meta de alcançar ao menos 80% dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) vinculados às unidades participantes. Complementarmente, serão aplicados instrumentos de avaliação ao término das oficinas, buscando identificar o percentual de profissionais que percebam avanços em suas práticas de acolhimento à população transexual e travesti. Para esse indicador, estabelece-se uma meta inicial de 85% de aprovação quanto à relevância e à aplicabilidade das atividades desenvolvidas.

Assim, o projeto TransFormando o SUS transcende o caráter de uma ação pontual, afirmando-se como um compromisso permanente com a edificação de um SUS verdadeiramente universal, democrático e inclusivo.

Diante da urgência das transformações requeridas e da relevância social da proposta extensionista, torna-se evidente que ações como essa não apenas se mostram desejáveis, mas que são absolutamente indispensáveis. Deseja-se, por fim, que os frutos desta iniciativa se revelem na formação de profissionais sensíveis à dignidade humana, na ampliação do acesso qualificado da população transexual e travesti aos serviços públicos e no

fortalecimento da universidade pública como agente de promoção da equidade, da cidadania e da justiça social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, J. P.; *et al.* Responsabilidade Social da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 58, p. 5-10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24840/esc.vi58.148>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BAHIA, A. M. F.; *et al.* O direito à saúde de pessoas trans e os desafios da equidade no SUS: obstáculos para cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 28, p. 2-25, 2024. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/12112/6272>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2003.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**. University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139–167, 1989.

GOV.BR. Estratégia Saúde da família. **Gov.br**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/estrategia-saude-da-familia>. Acesso em: 15 maio 2025.

hooks, b. **Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom**. New York: Routledge, 1995.

OLIVEIRA, E. B.; KESTENBERG, C. F.; SILVA, A. V. Saúde Mental e o ensino sobre drogas na graduação em Enfermagem: As Metodologias Participativas. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 4, dezembro 2007.

ROSABONI, C. Discriminação na saúde torna pessoas trans suscetíveis a estratégias informais de cuidado. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/discriminacao-na-saude-torna-pessoas-trans-suscetiveis-aestrategias-informais-de-cuidado/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, R. C. **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania**. São Paulo (SP): Vetor, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of the World Health Organization**. 49a edição. Geneva, 31 de maio de 2019. Disponível em: https://apps.who.int/gb/bd/pdf_files/BD_49th-en.pdf#page=6. Acesso em: 18 jun. 2025.

Recebido em: 30/08/2025
Aceito em: 17/12/2025